

1 Aos vinte de janeiro de 2004, às 9 horas e 30 minutos, na sala de reuniões do 4º
2 andar do Ministério do Meio Ambiente - MMA, Esplanada dos Ministérios - bloco B
3 Brasília DF, realizou-se a 1ª reunião ordinária de 2004 da Comissão Nacional de
4 Biodiversidade - CONABIO. Foi presidida pelo Diretor do Programa Nacional de
5 Conservação da Diversidade Biológica Sr. **Paulo Yoshio Kageyama** e estavam
6 presentes os seguintes membros da comissão: Ministério da Ciência e Tecnologia
7 - MCT, Srª **Ione Egler** (titular) e Srª **Nadja Maria Lepsch Cunha** (suplente);
8 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Sr **Afonso Celso**
9 **Candeira Valois** (titular); Ministério da Saúde – MS, Srª **Márcia Chame dos**
10 **Santos** (titular); Ministério das Relações Exteriores – MRE, Sr **Benedicto**
11 **Fonseca Filho** (suplente); Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Srª
12 **Fani Mamede** (suplente); Ministério da Integração Nacional – MI, Sr **Carlos**
13 **Augusto Grabois Gadelha** (titular); Sociedade Brasileira para o Progresso da
14 Ciência – SBPC, Srª **Glaci Zancan** (titular); Academia Brasileira de Ciências –
15 ABC, Sr **Warwick Estevam Kerr** (titular) e Sr **Carlos Alfredo Joly** (suplente);
16 Movimentos Sociais do Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio
17 Ambiente e para o Desenvolvimento, Srª **Nurit Bensusan** (titular); Coordenação
18 das Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB, Srª **Joenia Batista Carvalho**
19 (titular) e Sr **Lúcio Flores** (suplente) e Confederação Nacional da Agricultura –
20 CNA, Sr **Ângelo Rafael Greco** (titular). Estavam presentes os seguintes
21 convidados: Sr **Rubens Nodari** – Projeto de Recursos Genéticos - DCBIO/MMA,
22 Sr **Lídio Coradin** - Projeto de Recursos Genéticos - DCBIO/MMA, Sr. **Eduardo**
23 **Vélez**, Departamento do Patrimônio Genético - DPG/MMA, Sr. **Maurício**
24 **Mercadante**, Diretoria de Áreas Protegidas - DAP/MMA, Srª **Ana Paula Prates**,
25 DAP/MMA , Srª **Raquel Breda dos Santos**, Assessoria Internacional -
26 ASIN/MMA, Srª **Maria Angélica Ikeda**, MRE, Srª **Lúcia Fernanda Kaingáng**,
27 COIAB, Srª **Ana Gita de Oliveira**, Ministério da Cultura – MC, Sr **Pedro Leitão**,
28 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, Sr **Rômulo Mello** –
29 IBAMA/MMA, Sr **Cláudio C. Maretti**, WWF/Brasil, Srª **Ivaneide Bandeira**
30 **Cardoso**, Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, Sr **José Arnaldo de Oliveira** –
31 GTA, Srª **Maria do Carmo L. Bezerra**, Associação Brasileira das Entidades
32 Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, Sr **Henry Philippe Ibañez de Novion**,
33 Instituto Sócio Ambiental – ISA, Srª **Daniela América S. Oliveira**, PROBIO/MMA,

34 Sr **André Jean Deberdt**, PROBIO/MMA, Sr^a **Cilulia Maury**, PROBIO/MMA, Sr^a
35 **Márcia Maria Noura Paes**, PROBIO/MMA, Sr **Júlio César Roma**, PROBIO/MMA,
36 Sr^a **Rita de Cássia Cerqueira Condé**, PROBIO/MMA, Sr^a **Fátima P. A. Oliveira**,
37 Estratégia Nacional da Biodiversidade/MMA, Sr^a **Gabriela Tunes da Silva**,
38 Estratégia Nacional da Biodiversidade/MMA, Sr^a **Virginia de Siqueira Barros**,
39 Gerência de Conservação da Biodiversidade/MMA, Sr **Mauro Pichorim**, Gerência
40 de Conservação da Biodiversidade/MMA. O Presidente abriu a reunião saudando
41 todos os presentes e destacando a importância da participação da delegação da
42 Secretaria de Biodiversidade e Floresta - SBF na Conferência das Partes - COP 7
43 da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB que será composta pelos
44 seguintes membros: Sr **Rubens Nodari**, Sr **Braulio Dias**, Sr **Lídio Coradin**, Sr
45 **Maurício Mercadante**, Sr **Paulo Kageyama** e os seguintes convidados: Sr^a
46 **Lúcia Fernanda Kaingáng** - COIAB e um representante das ONGs a ser
47 indicado. O MRE comunicou a importância de indicação dos membros para o
48 COP 7 até e a data limite de 29/01. O presidente apresentou a pauta para a
49 reunião (Agenda): (1) Abertura; (2) Aprovação da Agenda; (3) Aprovação de
50 Memórias de Reuniões Anteriores da CONABIO; (4) Assuntos para deliberação
51 (4.1) Aprovação das Cartas-Consulta para seleção de projetos para apoio do
52 PROBIO: (4.1.1) Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade; (4.1.2) Plantas
53 do Futuro; (4.2) Definição da Posição Brasileira na COP VII; (5) Informes (5.1)
54 Projeto de regimento da CONABIO; (5.2) Reunião das Estratégias Nacionais de
55 Biodiversidade da América do Sul realizada no Rio de Janeiro de 15 a 17 de
56 dezembro de 2003; (6) Calendário das Próximas Reuniões da CONABIO; (7)
57 Agenda da Próxima Reunião; (8) Assuntos gerais; (9) Encerramento e solicitou
58 sua aprovação com a inclusão de discussões sobre a Reunião das Partes - MOP
59 1 do Protocolo de Cartagena. A pauta foi aprovada com a inclusão de assuntos
60 referentes à MOP apenas nos informes, item 5. Passou-se em seguida para
61 apreciação item 3 da agenda, Aprovação das memórias das reuniões da
62 CONABIO de 23/9/2003, 2/10/2003 e 19/12/2003. O Presidente informou que
63 estão sendo feitas as memórias das reuniões de 24/10/2003 e 20 e 21/11/2003 e
64 que as mesmas estarão prontas para apreciação na próxima reunião. Após
65 discussões houve entendimento de se manter a sistemática de realização das
66 memórias de reunião com a incorporação, quando solicitado, de alguns pontos

67 pelos membros desta Comissão. As memórias foram aprovadas com a inclusão
68 na ata do dia 2/10 a informação de que foi formado um grupo de trabalho para
69 análise dos documentos das reuniões da COP e SBSTTA. Passou-se para o item
70 4 da agenda sub-item (4.1) aprovação das cartas consulta para seleção de projeto
71 para apoio do PROBIO, Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade e Plantas
72 do Futuro. O Presidente passou a palavra para a Sr^a **Daniela Oliveira**, gerente do
73 PROBIO, que informou que o retorno de contribuições das Câmaras Técnicas -
74 CT foi menor que o esperado e que as contribuições recebidas foram
75 incorporadas. Destacou a urgência de aprovação das Cartas Consulta em função
76 do prazo de finalização do PROBIO, previsto para junho de 2005. O MCT
77 informou que recebeu o parecer do ponto focal da Convenção sobre Mudanças
78 Climáticas Globais - MCG somente no dia da reunião e este parecer será
79 distribuído para os membros do CONABIO. A ABC questionou a exeqüibilidade
80 dos projetos no prazo de 12 meses. Após discussão sobre o conteúdo das Cartas
81 Consulta e verificação da relevância do tema e da falta de tempo para a devida
82 apreciação, decidiu-se que as deliberações finais sobre as cartas consulta
83 ficariam a cargo das CTs, que se reunirão no dia 30 de janeiro de 2004. Foi
84 estabelecido que estas serão reuniões de Câmaras Técnicas expandidas
85 possibilitando a participação de outros membros da CONABIO. A Comissão
86 deliberou que estas CTs devem discutir, como será a divulgação dos dados dos
87 projetos do PROBIO, definindo a propriedade intelectual e também sobre a
88 padronização dos produtos finais e pediu que outras sugestões fossem
89 encaminhadas por correio eletrônico. Foi decidido que o resultado da reunião das
90 CTs de 30/01/04, terá caráter decisório perante a CONABIO. Passou-se para o
91 item 4, sub-item (4.2) da agenda, definição da posição brasileira na COP 7, que
92 será levada para a preparatória do MRE que acontecerá nos dias 28 e 29 de
93 janeiro de 2004. O primeiro tema discutido foi o Biodiversidade de Montanhas.
94 Este tema foi considerado pouco polêmico e o documento elaborado, a pedido do
95 MMA, pelo técnico Sr. **Gustavo Martinelli** do Jardim Botânico do Rio de Janeiro –
96 JBRJ, ajudou a subsidiar a elaboração do documento que será apreciado na COP
97 7 (UNEP/CBD/COP/7/14 e UNEP/CBD/SBSTTA/9/12). A ABC salientou que o
98 extrativismo não sustentável de plantas nas montanhas brasileiras foi pouco
99 abordado no relatório do Brasil. O MMA concordou que este assunto deveria ser

100 melhor apreciado. Houve um debate sobre a utilização do termo *illegal logging* e
101 se o Brasil deveria reverter sua posição contrária a utilização desta expressão. O
102 MRE ressaltou a preocupação do Governo Brasileiro de que este termo tem
103 conotação de ingerência podendo levar a uma interferência internacional. O MRE
104 informou que em maio haverá uma reunião da ONU sobre florestas onde este
105 assunto será devidamente discutido. O presidente finalizou a discussão,
106 sugerindo cautela na utilização do termo e passou para o tema seguinte, Áreas
107 Protegidas, convidando o Diretor de Áreas Protegidas, Sr **Maurício Mercadante** e
108 a técnica Sr^a **Ana Paula Prates** para discorrer sobre o tema. Foi informado que
109 durante a nona Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico,
110 Técnico e Tecnológico da CDB - SBSTTA 9 foram discutidas as metas do
111 programa de trabalho de Áreas Protegidas e estas serão detalhadas na COP 7.
112 Ressaltou que as metas estabelecidas são bastante ambiciosas e existe a
113 preocupação que estas sejam reduzidas ou flexibilizadas em virtude do grande
114 montante de recursos que será necessário para cumpri-las. O Governo Brasileiro
115 se reuniu com as ONGs que estão se articulando para obter recursos financeiros,
116 visando definir um “protocolo” de intenções e um programa de trabalho de forma a
117 alcançar as metas estabelecidas. O Sr. **Maurício Mercadante** sugeriu a criação
118 de um fórum para discussão da Política Nacional de Áreas Protegidas. Afirmou
119 também que o texto que será discutido na COP 7, embora sem consenso em
120 vários pontos, incorporou as sugestões brasileiras e a princípio não deverá
121 ensejar grandes polêmicas. A ABC ressaltou a importância de se discutir as
122 técnicas de manejo em áreas protegidas e mostrou-se reticente em relação à
123 participação das ONGs na gestão de unidades de conservação, pois estas
124 podem ceder a pressões econômicas desenvolvendo projetos não sustentáveis. A
125 COIAB solicitou a inclusão de Terras Indígenas nas discussões sobre Áreas
126 Protegidas, pois considera que as mesmas são áreas protegidas de fato.
127 Destacou a fragilidade do entorno de áreas protegidas e pediu que as discussões
128 de projetos que envolvam terras indígenas incluam seus representantes desde o
129 início do processo. O GTA solicitou opinar sobre a proposta que o Brasil levará
130 para a COP 7 sobre a Amazônia e questionou como o MMA viabilizará a
131 participação das ONGs e Comunidades Indígenas na reunião preparatória do dia
132 28 e 29 de janeiro. A COIAB salientou a ausência de políticas indigenistas claras

133 no Brasil e propôs um seminário para discussão e esclarecimentos sobre a CDB e
134 sua implementação junto aos povos indígenas. O MRE destacou que é preciso
135 fortalecer os compromissos financeiros da CDB para viabilizar o programa de
136 Áreas Protegidas e esclareceu que a posição final do Brasil será definida na
137 reunião preparatória do MRE para COP 7. O MS ressaltou importância da
138 participação da comunidade científica no planejamento de ações de
139 implementação do programa de trabalho de áreas protegidas. Foram levantadas
140 questões e dúvidas sobre áreas protegidas transfronteiriças. Sr. **Cláudio Maretti**
141 representante da WWF, esclareceu que o programa de áreas transfronteiriças ou
142 contíguas, significa uma co-gestão de trabalhos para benefícios mútuos dos
143 países envolvidos. O MRE argumentou a necessidade de maiores discussões e
144 sugeriu que não fossem anunciadas parcerias do Governo Brasileiro na reunião
145 do Grupo da América Latina e Caribe da CDB - GRULAC do dia 22 e 23 de
146 janeiro de 2004. Encerrado o período da manhã às 13 horas e 15 minutos, a
147 reunião reiniciou às 15 horas com a discussão do tema Transferência de
148 Tecnologia e Cooperação e o Presidente solicitou que o Sr^a **Ione Egler**,
149 representante do MCT, fizesse a apresentação. O MCT explicou que o documento
150 que será analisado na COP 7 é bastante adequado para o Brasil e espera que
151 durante a Conferência os mecanismos de financiamento sejam melhor definidos.
152 Em seguida houve uma discussão sobre cooperação sul - sul, norte - sul e
153 mecanismos de triangulação. O MCT e o MRE apresentaram aspectos negativos
154 sobre a constante citação do termo cooperação sul – sul, o que poderia
155 enfraquecer a cooperação norte - sul. O MAPA e o MMA destacaram que a
156 cooperação sul - sul não inviabiliza a cooperação norte - sul e consideram
157 importante que os países do sul se fortaleçam. O presidente sugeriu que Sr^a **Ione**
158 **Egler** - MCT, Sr. **Benedito Fonseca Filho** - MRE, Sr. **Afonso Celso Candeira**
159 **Valois** - MAPA e Sr. **Lídio Coradin** - MMA enviassem colaborações para redação
160 de um documento sobre o assunto e passou para o próximo item, Plano
161 Estratégico de Trabalho Plurianual da CDB para 2010 e Plano de Ação da Cúpula
162 de Joanesburgo e Metas de Desenvolvimento do Milênio. O MRE explicou que
163 para as metas de 2010 existem duas preocupações: a provisão de recursos
164 adicionais pelos países desenvolvidos e o marco temporal inicial para
165 monitoramento que não está claro na CDB. Também foi relatado que se o Brasil

166 propuser reuniões da COP trienais existe o risco do País ser mal visto junto aos
167 outros membros da CDB. Esta proposta, entretanto, poderá ser feita durante as
168 discussões sobre o orçamento que ocorrerão concomitantemente com a COP 7.
169 A ABC apoiou que proposta fosse feita nas discussões do orçamento. Passou-se
170 para o próximo item da discussão Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de
171 Benefícios. Foi dada a palavra ao Sr **Eduardo Vélez**, DPG, que esclareceu que o
172 foco principal da discussão será a negociação de um Regime Internacional de
173 Repartição de Benefícios. O documento que será discutido na COP não é
174 consensual em vários pontos e existe a preocupação de que não haja retrocesso.
175 Os países megadiversos solicitam a criação de um Comitê Intergovernamental
176 Negociador do Regime Internacional de Repartição de Benefícios e a definição de
177 um certificado de legalidade de acesso a recursos genéticos. A COIAB se
178 declarou favorável à criação do Comitê Intergovernamental de Repartição de
179 Benefícios, contudo pediu que fosse garantida uma maior participação de povos
180 indígenas. A SPBC alertou para a possibilidade de sobreposição de temas com
181 outros dispositivos internacionais. Também foi destacado pelo MRE que não
182 fosse utilizado o termo acesso facilitado e sim acesso regulamentado, e explicou
183 que o Regime Internacional pretende aumentar as garantias de propriedade dos
184 recursos genéticos. O presidente sugeriu passar para o próximo tema
185 Conhecimentos Tradicionais, uma vez que o assunto tinha relação com o que
186 estava sendo discutido. O Sr **Eduardo Vélez**, DPG, expôs várias questões sobre
187 o tema que será tratado na COP 7 e destacou o sistema *sui generis* para a
188 proteção do conhecimento tradicional associado. Salientou a necessidade de
189 maiores discussões sobre conhecimento tradicional associado e relatou que a
190 posição do MMA é a de que o grupo 8j pudesse definir proposições de
191 mecanismos *sui generis* de repartição de benefícios. O Sr. **Rubens Nodari**, MMA,
192 complementou ainda que o relatório do grupo 8j está sem consenso em vários
193 pontos e que as proposições do Brasil não foram incluídas no texto final. O Sr.
194 **Eduardo Vélez** deixou claro que a posição do Brasil é a de que o documento
195 fosse aprovado na COP 7 e não que ele fosse submetido ao SBSTTA e depois
196 para a COP, pois isto demoraria muito. A SBPC sugeriu que o documento sobre
197 GURTs fosse aprovado como está e que este poderia ser utilizado como um
198 documento de apoio. O MRE refez histórico do andamento do processo e

199 destacou a necessidade de se definir se o Brasil irá ou não abrir discussão para
200 este assunto, caso o assunto seja levantado deve-se pensar nos argumentos para
201 justificar o consenso, uma vez que no relatório não houve. A Sr^a **Lúcia Fernanda**
202 **Kaingáng**, COIAB, falou sobre o receio dos povos indígenas quanto às novas
203 tecnologias devido à falta de conhecimento e problemas já enfrentados no
204 passado. Relatou também que se deve apoiar a capacitação e participação dos
205 povos indígenas e que parte da discussão do mecanismo *sui generis* é
206 acadêmica. O MCT comentou que a CONABIO deve expressar a posição da
207 nação e considerou fraco o relatório sobre GURTs, alegando que este não
208 deveria ser aprovado devido a falta de consenso, além disso considerou que caso
209 o Brasil retire seu apoio, esta atitude deverá ser justificada. A COIAB pediu
210 respeito pelas diferenças culturais e falou que os povos indígenas querem
211 conhecer sim novas tecnologias, mas toda e qualquer decisão deve ser discutida
212 diretamente com os povos. Sugeriu que o posicionamento do Brasil deve ser de
213 proteção aos conhecimentos tradicionais. Sr. **Rubens Nodari**, MMA, discordou da
214 posição do MCT quanto ao relatório apresentado, reconheceu a existência de
215 inconsistências técnicas, mas disse que o documento está todo voltado para a
216 conservação da biodiversidade. Informou que o MMA retirou sua posição de apoio
217 ao consenso interno anteriormente alcançado. Relatou também que o relatório
218 poderá ser devolvido ao SBSTTA para análise e ajustes, voltando para discussão
219 na próxima COP. Disse ainda que devido ao tempo que este processo levaria,
220 poderia se tentar um consenso na própria COP 7. A SBPC considerou que a
221 posição em relação aos GURTs deve ser do País e não do MMA. Também
222 ressaltou que a posição do Brasil deve ser de cautela e as discussões devem ser
223 feitas caso a caso, pois existem tecnologias boas e ruins. O MRE observou que a
224 CDB adota o princípio da precaução. A SBPC sugeriu acatar o doc. COP 7/7. Sr.
225 **Rubens Nodari**, MMA acredita que não haverá consenso na COP 7 e o assunto
226 será debatido no SBSSTA 10 e voltará na COP 8. O MCT disse acreditar que
227 haverá dificuldades para discutir o assunto na reunião preparatória do MRE uma
228 vez que não há consenso no relatório. O MRE esclareceu que caso não haja
229 novas propostas por parte do Brasil o relatório será aprovado. Foi discutido o
230 próximo item da agenda, calendário das próximas reuniões da CONABIO e ficou
231 definida apenas a data da próxima reunião que será nos dias 17 e 18 de março e

232 ficou também estabelecida uma reunião de Câmara Técnica para discutir
233 propostas de estratégias para o GEF no dia 10 de março. Para a próxima reunião
234 definiu-se que a agenda tratará os seguintes temas: relatos sobre a COP 7;
235 regimento da CONABIO e os itens não discutidos e informes não realizados
236 nesta reunião. O presidente encerrou a reunião às 18 horas e 30 minutos por falta
237 de quorum. Eu, Mauro Pichorim, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a
238 presente ata.

239

240

241

242

243

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

244

Secretário de Biodiversidade e Florestas

245

Presidente da CONABIO